2025

ESCOLA MUNICIPAL
JOSÉ MIGUEL CURY

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

2025

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional da **Escola Municipal José Miguel Cury**, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

Um l ivro, uma caneta, uma criança e um professor podem mudar o mundo.

Malala Yousafzai

SUMÁRIO

1. Apresentação 6
2. Dados da Unidade Escolar 8
3. Histórico 9
4. Missão 10
5. Diagnóstico 10
5.1. Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta 10
5.2. Resultados Finais do Ano Anterior 11
5.3. Análise SWOT 11
6. Objetivos 13
6.1. Objetivo Geral 13
6.2. Objetivos Específicos 13
7. Princípios Legais e Norteadores do Ensino Fundamental 14
7.1. Princípios Legais 14
7.2. Princípios Epistemológicos 15
7.3. Princípios Didático-Pedagógicos 15
7.4. Princípios Éticos 17
7.5. Princípios Estéticos 17
8. Estrutura e Funcionamento da Instituição 17
8.1. Organização Administrativa e Pedagógica 17
8.2. Espaço Físico, Instalações e Equipamentos 17
8.3. Organização das Turmas e Participação Discente 18
8.3.1. Ensino Fundamental I e II 18
8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado 18
8.3.3. Regimento Escolar 19
8.3.4. Conselho de Classe 20
8.4. Recursos Humanos 20
8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica 20
8.4.2. Docentes 21
8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais 22
9. Organização Curricular 22
9.1. Educação Infantil 22
9.2. Ensino Fundamental 24
9.3. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas 28
10. Iniciativas Educacionais 34
10.1. Projetos Municipalizados e Institucionais 34
10.2. Projetos da Instituição 45
10.3. Temas Transversais 49
10.4. Sala Maker 50
11. Avaliação 50
11.1. Critérios de Avaliação 50
11.1.2. Educação Infantil 50
11.1.3. Ensino Fundamental 51
11.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º Ano 51
11.1.5. Ensino Fundamental (2º ao 9º Ano) 51
11.1.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 52

12. Recuperação Paralela 53
13. Recuperação Especial.....54
14. Progressão Parcial 54
15. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição 55
16. Referências Bibliográficas.....60
17. Ata de Aprovação 63
18. Anexos.....64

1. Apresentação

O Projeto Político Pedagógico além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino, proporciona a busca da identidade da escola, tendo por finalidade o comprometimento na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação. O planejamento é um modo de ordenar a ação tendo em vista os fins desejados, e por base nos conhecimentos que deem suporte ao objetivo, à ação; é um ato coletivo, não só devido a nossa constituição social, como seres humanos, mas, de que o ato escolar de ensinar e aprender são coletivos. A parceria depende da entrega a um objetivo ou tarefa que seja assumida por todos. Planejar é o ato pelo qual decidimos o que construir; é o processo de abordagem racional e científica dos problemas da educação. Segundo Gadotti, p. 18:

> *Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas*[1].

As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. Neste sentido a escola se dá como lugar do entrecruzamento do projeto político coletivo da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores. É ela que viabiliza que as ações pedagógicas dos educadores se tornem educacionais, na medida em que os impregna das finalidades políticas da cidadania que interessam aos educandos. Só a presença viva e vivificante de um projeto educacional possibilitará a escola evitar a hipertrofia burocrática, a divisão técnico-social do trabalho, a prática autoritária e a rotina mecânica. Mas, o que espera a sociedade da escola? Que prepare os seus membros para a vida social e política, para o desenvolvimento de sua consciência cidadã, sendo capaz de sistematizar e organizar o conhecimento universal, a produção científica, as conquistas da tecnologia e da cultura mundial; que tal sistematização possibilite

novas conquistas e novos desenvolvimentos, ampliando a oferta do bem-estar que as questões novas, surgidas na própria produção do conhecimento, sejam dirimidas e analisadas na escola,

[1]GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Anais**. Brasília, 1994.

e que ela seja, portanto, um lugar de produção de conhecimentos; que a escola possibilite a articulação dos diversos interesses dos variados setores da sociedade, sem que se perca sua verdadeira função: a de ensinar. A sociedade moderna, através de suas inúmeras conquistas tecnológicas, criou sistemas cada vez mais integrados em nível mundial, ao mesmo tempo mais complexos e diversificados. Frente a essa realidade surge a necessidade de se repensar o papel do conhecimento e da escola numa sociedade que sofre, em seu dia a dia, rápidas e profundas transformações. Assim, espera-se que os egressos do sistema escolar possuam ou desenvolvam a capacidade de entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhe são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ ou as diferentes instituições com as quais mantêm relação de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política. Deste modo, são as relações escola-sociedade que devem se constituir no foco de debate e da reflexão dos educadores, de modo que possam contribuir para a construção de uma escola comprometida com o ensino e com a formação de seus alunos, de acordo com as exigências da sociedade em que vivem. Projetar, inovar, requer disponibilidade, desejo de mudança. Reformular o Projeto Político-Pedagógico não significa atualizá-lo de acordo com as novas teorias educacionais. Implica em rever a sala de aula, as características dos educandos, a influência da sociedade que vai além dos muros da escola de maneira a antecipar o amanhã, o futuro. Neste sentido, torna-se fundamental ter clara a importância do P.P.P. como um documento norteador das práticas e ações realizadas na instituição escolar, tendo em vista que possui uma intencionalidade. Conforme afirma Veiga (2004, p.12) *"Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo- nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível"*[2]. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado as autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola. Para Veiga (2004, p.13):

> *O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.*[3]

[2]VEIGA, I.P.A. (org). **Projeto político-pedagógico da escola. Uma construção possível**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.p.12
[3]VEIGA, I.P.A. (org). **Projeto Político-Pedagógico da escola. Uma construção possível**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.p.12

Todo projeto supõe ruptura com o presente n a dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. Sendo assim, o político e o pedagógico são indissociáveis, de maneira que o projeto político-pedagógico deve ser considerado um processo constante de discussão e reflexão dos problemas vivenciados pela comunidade escolar, além de possibilitar a busca de alternativas para efetivar a sua real intenção.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome: Escola Municipal José Miguel Cury		
Endereço: Rua do Recurso Nº 01, Cristalina Velha, 73850-000		
Endereço Eletrônico: escolamiguelcury@cristalina.go.gov.Br		
Localização: Zona Urbana		
CNPJ: 01875662000178	Código INEP: 52045838	Forma de Manutenção: Pública mantida pela PMC
Lei de Criação: N° 730/82 de 11/02/82		
Ato Autorizativo em Vigor: Res. Nº 105/94 de 29/03/94		
Níveis e Modalidades Ofertados: Ensino Fundamental –Anos Finais		
Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico: Matutino – 7:15 às 11:30 horas Vespertino – 13:00 às 17:15 horas		

3. Histórico

A Escola José Miguel Cury foi criada no dia 06 de abril de 1970 pela Loja Maçônica Acácia Cristalinense.

O Venerável da época era o Sr. Erasmo Rodrigues Afonseca e a Comissão de Construção era composta pelos Srs. Antônio Fernandes Boa Sorte, Ananias Alves Rodrigues, João Silas de Souza, Nelson Moreira, Jair Marques da Silva, Mucio Barreto Cintra e Alcir Melo Ribeiro.

Na época a Administração Municipal contava com o Sr. Augusto Peixoto dos Santos,

como Prefeito e Sr. Antônio Fernandes Boa Sorte, como Vice-prefeito.

Em 1972 foi inaugurado o pavilhão da Escola com apenas 2 salas de aula. No período de 1973 a1976 a escola funcionou como extensão da Escola Estadual Castelo Branco.

No período de 1977 a 1987 foi cedida as instalações para funcionar o Mobral em Cristalina. Em 1988 a Loja Maçônica retomou o funcionamento normal da escola com turmas do Pré- Escolar e 1ª série. A partir daquele ano, foi firmado convênio com a Prefeitura Municipal, na Administração do Prefeito Sr. Tancredo Ferreira Ribeiro. Esse convênio prevalece até a presente data. Em 1989 passou a funcionar de Pré escolar à 4ª série.

Em 1993 foi inaugurada a ampliação e reforma do prédio, parceria entre a Loja Maçônica e a Prefeitura Municipal, sendo o Venerável o Dr. Alexandre Hiroshi Kitice e Prefeito Sr. Antonino Camilo de Andrade. Com esta ampliação a Escola passou atender alunos de Pré-escolar a 8ª série, que corresponde hoje a 1º ao 9º ano.

Em 1995 a Loja Maçônica através do Grande Oriente do Brasil, inauguraram a Quadra de Esportes que facilitou a prática de educação física e atividades extraclasse para a comunidade escolar.

Em 1996 o Venerável Maurilio Gomes de Oliveira e os Membros da Loja Maçônica Acácia Cristalinense, preocupados com o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos, firmaram convênio com a Fundação Banco do Brasil para desenvolver o Programa Integração AABB-Comunidade, utilizando inicialmente os alunos da Escola, mas hoje participam crianças matriculadas em outras escolas públicas. O programa atende crianças da faixa etária de 06 a 14 anos, de ambos os sexos, matriculados em Escola Pública. Elas recebem acompanhamento médico, odontológico e laboratorial, além das atividades de educação física, atividades culturais, artística, higiene e cidadania. O Programa mantém parceria com a Prefeitura Municipal, Fundação Banco do Brasil, Federação das AABB e com a AABB- Cristalina.

No ano de 2000, a Loja Maçônica em parceria com a Prefeitura Municipal, construíram o pavilhão que centraliza a cantina/depósito e o Laboratório de Informática.

Ainda há, em parceria entre Loja Maçônica e Prefeitura Municipal, o funcionamento de um consultório odontológico para atender a comunidade escolar. Esta parceria acontece desde 05 de junho de 1993 até a presente data.

Atualmente se encontram matriculados nesta Instituição de Ensino 192 alunos, sendo 95 no matutino e 97 no vespertino, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

4. Missão

Nossa missão é promover o desenvolvimento do conhecimento, formando cidadãos com pensamento crítico e responsabilidade coletiva. Buscamos estimular valores e comportamentos que contribuam para a sociedade, destacando a importância do saber para a vida e o exercício profissional. Além disso, incentivamos nossos educandos a refletir, analisar e estabelecer conexões entre os conteúdos estudados e a realidade em que estão inseridos.

5. Diagnóstico

5.1 Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta

Como é calculado o Ideb?

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação)

		Aprendizado	Fluxo/ Indicador de Rendimento	Distorção idade-série	IDEB	Meta
ANOS INICIAIS	2019	6,54	0,96	-	6,3	4,8
	2021	6,01	1,00	-	6,0	5,1
	2023	5,52	0,99	-	5,5	6,0
ANOS FINAIS	2019	6,54	0,96	14,4%	6,3	4,8
	2021	6,01	1,00	11,2%	6,0	5,1
	2023	5,52	0,99	7,9%	5,5	6,0

Fonte de pesquisa http://www.qedu.org.br

5.2 Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados	% Aprov.	% Repr.
7º Ano A	32	09	-	23	22	01	95,65%	4,35%
7º Ano B	28	08	-	20	19	01	95,00%	5,00%
8º Ano A	24	01	-	23	23	-	100%	-
8º Ano B	21	02	-	19	19	-	100%	-
8º Ano C	21	01	-	20	20	-	100%	-
9º Ano A	33	04	-	29	29	-	100%	-
9º Ano B	29	06	-	23	23	-	100%	-

5.3 Análise SWOT
(Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

A Análise SWOT é uma ferramenta estratégica que visa identificar e compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da escola, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões. A partir dessa análise, é possível traçar estratégias que potencializem os pontos fortes da instituição, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades externas e enfrentem as ameaças, criando ações por meio de projetos ou outras iniciativas que impulsionem a transformação e o aprimoramento contínuo da escola.

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
- **Programa AlfaMais Goiás**: Garante a alfabetização de todas as crianças nos primeiros anos.	- **Falta de rotina de estudos em casa**: Muitas crianças não têm acompanhamento familiar para estudar fora da escola.
- **Kits literários**: Incentivam a leitura e o desenvolvimento da escrita desde os primeiros anos.	- **Desinteresse parental**: Pais não participam ativamente das reuniões e não buscam informações sobre os filhos.
- **Feira cultural e tecnológica**: Crianças são protagonistas, mostrando suas habilidades em projetos interativos.	- **Crianças sozinhas em casa**: Muitas ficam sem supervisão, afetando seu bem-estar e aprendizado.
- **Projetos educacionais de parceiros privados**: Oferecem recursos extras e novos programas.	- **Influência das telas**: Uso excessivo de dispositivos eletrônicos, prejudicando o foco no estudo.
- **Projetos educacionais de parceiros privados**: Oferecem recursos extras e novos programas.	- **Crianças criadas por avós**: Falta de acompanhamento adequado dos filhos, dificultando o desempenho escolar.
- **Transporte escolar**: Garante o acesso à escola para alunos de áreas distantes.	
- **Liderança forte e comprometida**: Garantia de boa gestão e qualidade do ensino.	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
- **Expansão de programas de alfabetização** (como o AlfaMais Goiás) para consolidar a aprendizagem nos primeiros anos. - **Busca Ativa** - Fortalecer a busca ativa dos estudantes para garantir sua participação e acompanhamento contínuo	- **Vulnerabilidade social e econômica**: A pobreza nas famílias afeta o desempenho e a permanência na escola.
- **Programas de treinamento e formação**: Capacitação contínua para professores e gestores.	- **Instabilidade política**: Mudanças nos gestores podem afetar o andamento de programas educacionais.
- **Entrega de kits escolares**: Garante que todos os alunos tenham os materiais necessários para aprender.	- **Violência nas comunidades**: Impacta a segurança dos alunos e o ambiente escolar.
- **Integração da Computação na Educação**, alinhada às diretrizes da BNCC: desenvolver	- **Desinteresse dos pais**: Falta de acompanhamento e apoio dos pais ao desempenho

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Usar forças para aproveitar oportunidades	**Usar forças para combater ameaças**
FORÇAS	- A habilidade de comunicação pode ser aproveitada para promover atividades interativas e dinâmicas entre pais e filhos, fortalecendo o vínculo e apoio escolar. - O apoio pedagógico e financeiro disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) pode ser utilizado para desenvolver projetos alinhados à realidade e às necessidades dos alunos, aproveitando o suporte da rede educacional. - O reconhecimento positivo da instituição pode ser explorado para organizar saídas de campo educativas e realizar palestras motivacionais, engajando alunos, pais e a comunidade. - A organização de saídas de campo educativas específicas pode reforçar conceitos básicos de aprendizagem e proporcionar experiências práticas, complementando o processo educacional.	- A experiência consolidada no âmbito educacional pode ser usada para lidar com a desatualização tecnológica e a falta de recursos didáticos modernos, buscando soluções criativas e parcerias externas. - A qualidade de ensino e a liderança sólida podem ser fundamentais para combater a baixa motivação e engajamento dos alunos, estimulando maior participação e interesse nas atividades escolares. - A tendência a respeitar prazos e o compromisso da equipe docente podem ajudar a combater a falta de infraestrutura adequada, utilizando melhor os recursos disponíveis e priorizando as necessidades mais urgentes.
	Reduzir fraquezas aproveitando oportunidades	**Minimizar fraquezas e evitar ameaças**
FRAQUEZAS	- O desenvolvimento de projetos alinhados à realidade e às necessidades dos alunos pode ser uma oportunidade para melhorar o desempenho dos alunos com defasagem educacional significativa, criando estratégias personalizadas de recuperação. - A realização de atividades extracurriculares, como grupos de estudo orientados, pode ajudar a suprir a falta de comprometimento de alguns estudantes e responsáveis, promovendo o engajamento e o acompanhamento dos compromissos escolares. - O reconhecimento positivo da instituição pode ser usado para promover mais envolvimento dos pais, criando uma rede de apoio que ajude a combater o baixo nível de comprometimento dos responsáveis.	- A habilidade de comunicação e a qualidade do ensino podem ser usadas para minimizar o impacto de fatores externos, como o contexto socioeconômico e familiar dos alunos, criando uma rede de apoio sólida. - A experiência consolidada da escola pode ser um recurso importante para lidar com o ingresso de discentes com dificuldades de aprendizagem, criando uma abordagem pedagógica mais eficaz e integrada. - O apoio pedagógico e financeiro da SME pode ser uma ferramenta para melhorar a infraestrutura e a manutenção das instalações escolares, garantindo um ambiente de aprendizado adequado e seguro. - O baixo nível de comprometimento de alguns estudantes e responsáveis pode ser um obstáculo significativo para o sucesso escolar, exigindo estratégias mais eficazes de envolvimento e acompanhamento.

6. Objetivos

6.1 Objetivo Geral

Facilitar o processo contínuo de construção do conhecimento, integrando as diferentes áreas do saber, respeitando a singularidade de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, promovendo a valorização do grupo por meio da interação social, com o objetivo de desenvolver as competências, habilidades e conhecimentos essenciais para a convivência em sociedade. Além disso, busca-se criar um ambiente educativo inclusivo e colaborativo, favorecendo o aprendizado mútuo e a construção de uma cidadania consciente e ativa. Nesse contexto, as avaliações CNCA se destacam como ferramentas de diagnóstico e acompanhamento, permitindo não apenas a mensuração do desempenho acadêmico, mas também a identificação de necessidades específicas para ajustes pedagógicos que assegurem o avanço de todos os alunos.

6.2 Objetivos Específicos

- Promover a criação de um ambiente educativo inclusivo, onde as diversas habilidades e necessidades dos alunos sejam reconhecidas e atendidas, assegurando a participação ativa de todos nas atividades acadêmicas e sociais, e contribuindo para a formação de uma cidadania crítica e participativa.
- Integrar atividades interdisciplinares que promovam a construção do conhecimento de forma colaborativa, incentivando a participação ativa de cada aluno e valorizando suas particularidades no processo de aprendizagem.
- Implementar estratégias pedagógicas que favoreçam a interação social entre os alunos, visando ao desenvolvimento das competências sociais e emocionais essenciais para a convivência em sociedade.
- Utilizar as avaliações CNCA de forma contínua para monitorar o desempenho dos alunos, identificando áreas de melhoria e ajustando as práticas pedagógicas com o intuito de garantir a evolução acadêmica e a inclusão de todos os estudantes.

7. Princípios Legais e Norteadores do Ensino Fundamental

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº 9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que "a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
> IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
> V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extraescolar;
XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2 Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição.
Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os

outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar- se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentindo de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3 Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;
II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a "educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza".

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar

para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4 Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

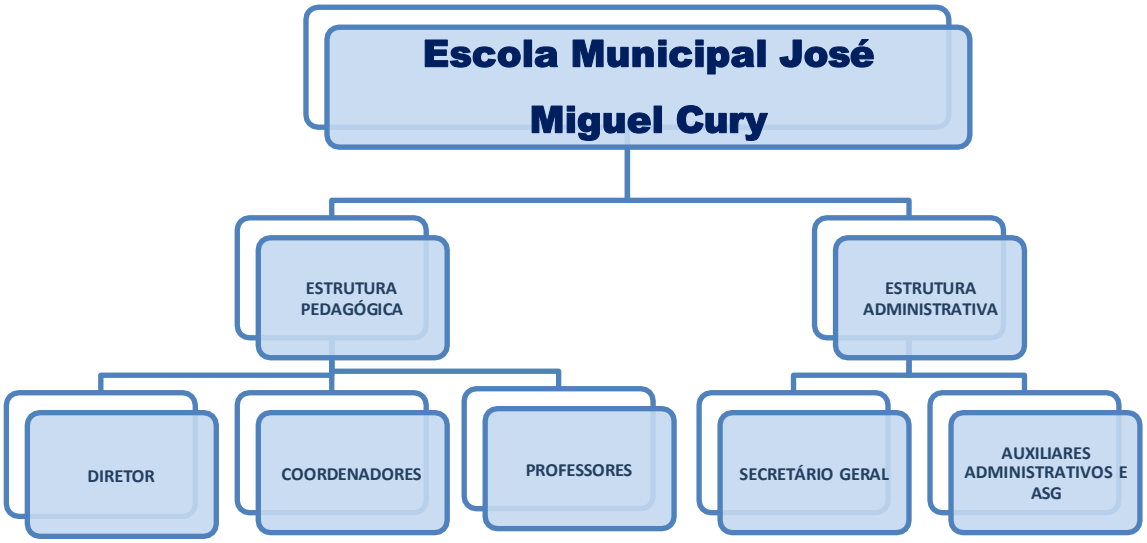
7.5 Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das

diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solitárias.

8 Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1 Organização Administrativa e Pedagógica



8.2 Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	-	-	-
Secretaria	01	X	-
Sala de professores	01	X	-
Sala de coordenação pedagógica	-	-	-
Sala de leitura ou biblioteca	01	X	-
Sala de TV e vídeo	-	-	-
Sala de informática	01	-	X
Sala de Recursos/AEE	-	-	-
Sala de ciências / laboratório	-	-	-
Auditório	-	-	-
Sala de aula	05	X	-
Almoxarifado	01		X
Depósito de material de limpeza	01	X	-
Despensa	01	X	-
Refeitório	-	-	-
Pátio coberto	01	X	-

Quadra de esportes descoberta	01	X	-
Quadra de esportes coberta	-	-	-
Cozinha	01	X	-
Sanitário dos funcionários	01	X	-
Sanitário dos alunos	02	X	-
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	02	X	-
Rampas	01	X	-
Corrimão	01	X	-

8.3 Organização das turmas e Participação Discente

8.3.1 Ensino Fundamental II

Período Matutino				Período Vespertino			
Série/Ano	**Turma**	**Nº alunos**	**Sala m²**	**Série/Ano**	**Turma**	**Nº alunos**	**Sala m²**
6º ano	-	-	-	6º ano	A	23	30,6
7º ano	A	29	30,6	7º ano	B	30	45,03
8º ano	A	29	45,03	8º ano	B	19	32,08
9º ano	A	18	33,04	9º ano	C	25	33,04
9º ano	B	19	32,08	-	-	-	-
TOTAL DISCENTE	**95**			**TOTAL DISCENTE**	**97**		

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2025 – Sistema MegaEduca

8.3.2 AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM). Como esta Instituição de Ensino não possui a sala de recursos multifuncionais, os nossos alunos são atendidos em outras instituições, sendo: Escola Municipal Sumaia Salles Cozac, Escola Municipal Sumaia Salles Cozac, Escola Municipal Paroquial São Vicente de Paulo e APAE.

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes/crianças público-alvo da Educação

Especial;
II- Elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como, elaborar o Plano Anual do Atendimento Educacional Especializado;
III- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes/crianças na sala de recursos multifuncionais;
IV- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
V- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
VI- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante/criança;
VII- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes/crianças, promovendo autonomia e participação;
VIII- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes/crianças nas atividades escolares, auxílio na elaboração e adequações curriculares e de ambiente.
IX – Realizar o Estudo de Caso e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério da Ministério da Educação e Cultura (MEC) em novembro de 2024.

8.3.3 Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A resolução do Conselho Municipal de Educação nº 06/2025 aprova as diretrizes para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, alinhando-se às normas estabelecidas pelo Regimento Escolar Único da Rede Municipal de Educação.

8.3.4 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados

no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 04 de 27/02/2020, no que concerne ao art. 5º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

8.4 Recursos humanos

8.4.1 Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Diretor	Isley Pereira da Silva	Licenciatura/ Pedagogia	Efetiva
Secretário(a) Geral	Patrícia Pereira da Silva	Licenciatura/ Pedagogia	Efetiva
Coord. Pedagógico Anos Finais	Irleni Pereira da Silva Cruz	Licenciatura/ Filosofia com hab. em História e Licenciatura em Pedagogia	Efetiva
Coord. Turno Matutino	Cíntia Cristina Freitag	Licenciatura/ Matemática	Efetiva
Coord. Turno Vespertino	Elbia Ribeiro de Carvalho	Licenciatura/ Pedagogia	Efetiva
Coord. Merenda	Rafael Brandão Cavalcante	Licenciatura/ História	Efetivo

FONTE: Modulação 2025

8.4.2 Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional

Carmecília Coelho Guimarães	Licenciatura / Pedagogia	**Professor Matutino:** 7° A, 8° A, 9° A e 9° B **Professor Vespertino:** 6° A, 7° B e 9° C	Efetiva
Cleber Augusto Fernandes de Oliveira	Licenciatura / Ed. Física	**Professor Vespertino:** 6° A, 8° B e 9° C	PSS
Denise Oliveira da Silva Aragão	Licenciatura /Matemática	**Professor Matutino:** 7 A, 8° A, 9° A e 9° B	Efetiva
Gerusa Carla Vignoto Peres	Licenciatura /Letras	**Professor Matutino:** 7° A, 8° A, 9° A e 9° B **Professor Vespertino:** 6° A e 9° C	Efetiva
Marileu Maggi Furlani	Licenciatura /Ciências Biológicas	**Professor Matutino:** 8° A, 9° A e 9° B **Professor Vespertino:** 6° A, 7° B, 8° B e 9° C	Efetiva
Max Well Rodrigues Ramos	Licenciatura / Matemática	**Professor Vespertino:** 6° A, 7° B, 8° B e 9° C	Efetiva
Munique Santos Barcelos	Licenciatura/ Letras	**Professor Matutino:** 7° A, 8° A, 9° A e 9° B **Professor Vespertino:** 6° A, 7° B, 8° B e 9° C	PSS
Nelson Rodrigues Neto	Licenciatura / História	**Professor Matutino:** 7° A, 8° A, 9° A e 9° B **Professor Vespertino:** 6° A, 7° B, 8° B e 9° C	Efetivo

FONTE: Modulação 2025

8.4.3 Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Alice Regina de Sousa Fornaziero	Ensino fundamental incompleto	Aux. de Serviços Gerais	Est. Prob.
Antônia de Maria Nascimento	Ensino Médio	Aux. de Serviços Gerais	Nomeada
Dayane Gonçalves Carvalho	Ensino fundamental incompleto	Merendeira	Est. Prob.
Eleuza da Silva Gomes	Ensino fundamental incompleto	Merendeira	Nomeada
Márcio Alves Abrantes		Vigia	Nomeado
Obede Carreiro de Oliveira		Segurança	Contrato
Rodrigo Caixeta	Ensino Médio	Vigia	Efetivo
Yasmin Martins Corrêa	Ensino Superior Incompleto	Assistente de Educação	Nomeada

FONTE: Modulação 2025

9 Organização Curricular

9.1 Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução** CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como "sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de

experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

9.2 Ensino Fundamental

Os conteúdos curriculares são determinados pela Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, Resolução CME 30/2019.

Os componentes Curriculares do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e	**Língua Portuguesa**	1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem. 2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social. 3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos. 5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. 6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. 7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. 8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.). 9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. 10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.
	Arte	1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades. 2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações. 3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando--as nas criações em Arte. 4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte. 5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística. 6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade. 7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas. 8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes. 9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

	Educação Física	1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual. 2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo. 3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais. 4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. 5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes. 6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. 7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos. 8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde. 9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário. 10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
	Língua Inglesa	1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho. 2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social. 3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade. 4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas. 5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável. 6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia	1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas. 2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história. 3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. 4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas. 5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia. 6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza. 7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

	História	1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. 5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. 6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. 7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.
MATEMÁTICA	Matemática	1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. 2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. 3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. 4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. 5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados. 6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados). 7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico. 2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza. 4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho. 5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. 7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias. 8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico- tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos. 2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios. 3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida. 4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. 5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente. 6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

9.3 Orientações Metodológicas e Ações Pedagógica

Tema: Plano Curricular Municipal alinhado à BNCC (PCM)

Orientação Metodológica:
Direciona a construção do currículo da escola, assegurando que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas às diretrizes da BNCC.

Ação Pedagógica:
Orienta o planejamento de aulas e atividades de forma a garantir que os conteúdos abordados atendam às competências e habilidades previstas na BNCC. O PCM é encontrado no diários eletrônico do sistema MegaEduca.

Tema: Programa AlfaMais Goiás – Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada

Orientação Metodológica:
Oferece um modelo pedagógico focado na alfabetização eficiente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Ação Pedagógica:
Implementação de atividades de leitura e escrita que priorizam a alfabetização, utilizando as ferramentas do programa, com acompanhamento contínuo dos educadores e avaliação dos alunos.

Tema: Planejamento Semanal

Orientação Metodológica:
O Planejamento Semanal do professor é essencial para garantir a organização e a eficácia das práticas pedagógicas. Alinhado ao plano curricular municipal, ele permite ao docente planejar e executar as atividades de acordo com as competências e habilidades estabelecidas para cada etapa da educação. O uso de livros didáticos e plataformas digitais, que oferecem avaliações contínuas e testes de fluência, assegura que o professor acompanhe o progresso dos alunos e ajuste suas estratégias de ensino. Além disso, a inserção do **pensamento computacional** e da **consciência ambiental**, previstos na Matriz Curricular Municipal (encontrado no diário sistema MegaEduca), contribui para a formação de alunos preparados para os desafios tecnológicos e socioambientais do futuro.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com o planejamento do professor, alinhado ao **Plano Curricular Municipal (PCM).** Este planejamento inclui o uso **dos livros didáticos, o Livro LEIA e as plataformas digitais**, com foco em avaliações contínuas e atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. O professor deve ajustar suas práticas de ensino com base nas respostas dos alunos ao conteúdo e nas estratégias aplicadas em sala de aula, assegurando a evolução de todos os estudantes. Além disso, o planejamento deve incorporar o **pensamento computacional**, que estimula o desenvolvimento de habilidades lógicas e tecnológicas, e a **consciência ambiental**, que sensibiliza os alunos sobre a importância da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, temas que fazem parte do PCM. Dessa forma, o professor cria um ambiente de aprendizagem que vai além do conteúdo tradicional, preparando os alunos para as demandas do futuro.

Tema: Fluência Leitora

1. **Diagnóstico inicial**: Avaliar o nível de fluência com palavras, pseudopalavras e textos.
2. **Práticas diárias de leitura**: Leitura em voz alta, leitura compartilhada e repetição de textos.
3. **Trabalho com pseudopalavras**: Exercícios para decodificação e fluência.
4. **Simulados periódicos**: Preparar os alunos para os testes de entrada e saída com simulações regulares.
5. **Acompanhamento individualizado**: Sessões de reforço com base nos resultados das avaliações.
6. **Uso do Data-show**: Retroprojeção de palavras, pseudopalavras e textos de edições anteriores, com imagens associadas, para apoiar alunos com dificuldades e promover inclusão.

Tema: SIAM

Orientação Metodológica:
O SIAM oferece recursos que permitem aos educadores acompanhar o desempenho dos estudantes, identificar áreas que necessitam de reforço e planejar estratégias pedagógicas alinhadas às necessidades específicas de cada aluno.

Ação Pedagógica:
Com base nas informações fornecidas pelo SIAM, os professores podem monitorar o progresso dos alunos, identificar necessidades de intervenção, planejar ações pedagógicas, elaborar planos de aula direcionados, implementar atividades que atendam às demandas identificadas e avaliar continuamente a eficácia dessas ações, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e personalizado.

Tema: Avaliações Contínuas das Aprendizagens (Plataforma Criança Alfabetizada)

Orientação Metodológica:

Plataforma que oferece avaliações formativas para estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos seguintes componentes: Leitura, Escrita, Fluência em Leitura e Matemática.

Acesse os testes aplicados nos anos anteriores. São três, sendo o CICLO I aplicado em março: https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/index.html#!/minhapagina (Coleção de Avaliações)

Ação Pedagógica:

Acompanhamento contínuo das habilidades de leitura, escrita e matemática, com ajustes pedagógicos baseados nos resultados das avaliações da Plataforma Criança Alfabetizada, garantindo que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma personalizada. As avaliações contínuas são organizadas de acordo com os Ciclos de Aprendizagem:
- **Ciclo I** (Infância - Anos iniciais do Ensino Fundamental): Foca nas primeiras fases da alfabetização e letramento, avaliando o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita.
- **Ciclo II** (Início da consolidação de habilidades): Aplica-se a alunos em processo de consolidação do aprendizado, com ênfase em interpretação de textos e produção escrita.
- **Ciclo III** (Fase de proficiência e autonomia): Avalia a fluência e a capacidade de compreender e produzir textos de forma mais autônoma.

Tema: Parada Pedagógica/Reflexão Pedagógica

Orientação Metodológica:

1- Promover a formação contínua do professor
2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas
3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas
4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica
5 - Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas
6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros
7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas

Ação Pedagógica:

1- Promover a formação contínua do professor:
Incentivar a reflexão crítica do professor sobre sua prática docente, permitindo que ele reconstrua seus processos e escolhas pedagógicas a partir dessa reflexão.

2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas:
Realizar reuniões com objetivos claros e diretos, mas também oferecer espaço para dinâmicas e atividades interativas que promovam o aprendizado colaborativo e a melhoria do relacionamento entre os professores.

3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas:
Definir diretrizes claras para garantir que as Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas sejam efetivos momentos de formação continuada e orientação pedagógica.

4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica:
As Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas devem ocorrer no horário letivo regular, conforme o Calendário Municipal, respeitando a rotina escolar e sem prejudicar o funcionamento das instituições.

5- Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas:
Quando o Conselho Escolar participar, a presença dos alunos não será obrigatória nesses momentos, permitindo que a formação seja focada no desenvolvimento dos educadores.

6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros:
Planejar as Paradas Pedagógicas com metas e objetivos bem definidos pelo Departamento Pedagógico da SME, garantindo que sejam momentos de formação contínua e alinhados com as necessidades pedagógicas.

7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas:
As Paradas Pedagógicas devem incluir todos os funcionários da escola, não se limitando aos professores, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada em toda a instituição.

Tema: Formação Continuada

Orientação Metodológica:
Visa promover o aprimoramento constante dos professores, com foco no desenvolvimento profissional e na atualização pedagógica.

Ação Pedagógica:
Realização de cursos, oficinas e encontros formativos periódicos para os educadores, com foco em novas metodologias de ensino, práticas de alfabetização, estratégias de inclusão e demais conteúdos que favoreçam o desenvolvimento da prática pedagógica e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Tema: Busca ativa

Orientação Metodológica:

A busca ativa é essencial para garantir a permanência e o engajamento dos estudantes na escola, especialmente aqueles em risco de evasão. A chamada diária é uma prática fundamental, pois permite detectar ausências rapidamente. Além disso, é imprescindível que o professor ou coordenador informe, diariamente, aos pais ou responsáveis sobre a falta do aluno, seja por celular ou por mensagem no grupo de WhatsApp da série do(a) aluno(a). Essa comunicação imediata contribui para que a família seja alertada e possa tomar as providências necessárias para garantir a frequência escolar e evitar que a criança se desvie para outros lugares no caminho para a escola ou fique exposta a outros riscos. A colaboração com o Conselho Tutelar e o preenchimento da ficha AMAI são passos importantes para registrar e monitorar situações de extrema ausência, possibilitando uma resposta eficiente e direcionada.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica deve incluir uma série de intervenções diretas e específicas para combater as ausências. Quando um aluno falta, a escola deve imediatamente entrar em contato com a família, seja por telefone ou através do grupo de WhatsApp de sua turma, para entender as razões da falta e oferecer apoio. O preenchimento da ficha AMAI (Acompanhamento de Menores em Atendimento Individual) deve ser feito para registrar situações de extrema de ausência e, com isso, oferecer uma resposta mais eficiente e direcionada. Outra ação importante é o envolvimento do Conselho Tutelar, caso identifique-se alguma situação de risco mais grave. A integração desses esforços é essencial para garantir que as crianças não faltem à aula, pois cada ausência prejudica o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ainda, a coordenação de cada escola deve transferir as faltas semanais pelo Sistema MegaEduca e informar aos responsáveis que o número de ausência leva à reprovação por faltas.

Tema: Campanha de Renovação de Matrículas

Orientação Metodológica:

A renovação de matrícula é um processo essencial para a continuidade da educação e organização das turmas. A matrícula não ocorre automaticamente e requer a assinatura dos pais na ficha de renovação, além da entrega de documentos como a comprovação de vacinação. Muitos pais/ou responsáveis têm alegado não ter recebido o comunicado da escola ou acreditado que a renovação seria automática, resultando em um número elevado de matrículas não renovadas. Quando as aulas

começam, e os pais buscam tardiamente regularizar a matrícula, as vagas muitas vezes já estão ocupadas por alunos novatos. O não cumprimento dessa importante etapa afeta a organização interna da escola e os registros no sistema MegaEduca, impactando o planejamento das turmas e a contagem de alunos na rede municipal de ensino.

Ação Pedagógica:

A fim de evitar essas complicações e garantir que todos os alunos continuem suas atividades escolares sem interrupções, a escola vai reforçar a **Campanha de Renovação de Matrículas**, com o objetivo de informar e engajar os pais e responsáveis no processo, esclarecendo sobre a importância de manter a matrícula renovada dentro do prazo.

Ações da campanha:

1- **Comunicação proativa**: Serão enviados comunicados mais frequentes, via diversos canais (como bilhetes, redes sociais, grupos de whatsapp da turma, puslseirinhas ou crachás de papel...) para reforçar a necessidade da renovação de matrícula.
2- **Prazos claros**: Estabelecimento de prazos específicos e divulgação de datas de forma antecipada, para evitar confusões e omissões.
3- **Suporte na regularização**: A escola estará disponível para fornecer informações sobre os documentos necessários e oferecer apoio na obtenção da declaração de vacinação, como parceria com os postinhos de sáude.
4- **Acompanhamento de casos específicos**: Para as famílias que têm dificuldade em comparecer à escola dentro do horário estipulado ou que se recusam a ir, será feita uma ação de sensibilização para que essas questões sejam resolvidas a tempo.

Tema: Acolhida

Orientação Metodológica:

A acolhida na escola é um componente essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para alunos e responsáveis. Desde o momento da entrada, seja no portão, na secretaria, na sala da coordenação ou nas reuniões de pais, a forma como a comunidade escolar recebe a todos reflete o compromisso da escola com o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes. Uma recepção calorosa e atenciosa, mesmo diante de possíveis adversidades, é fundamental para minimizar conflitos e promover um ambiente de confiança, que contribui diretamente para o bom desempenho escolar. A comunicação eficaz e respeitosa é uma prática que fortalece o relacionamento entre a escola e a família, evitando mal-entendidos e criando uma base sólida para a parceria educacional.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com a criação de um ambiente acolhedor e receptivo desde a chegada dos alunos e seus responsáveis, refletindo na prática pedagógica o respeito e a empatia pela comunidade escolar. A comunicação com os pais deve ser contínua e eficaz, garantindo que suas demandas sejam atendidas prontamente, sem que precisem sair da escola com pendências. Isso fortalece a confiança e o compromisso tanto dos alunos quanto dos pais com o processo educacional. Além disso, ao cultivar uma relação socioafetiva e emocional positiva, a escola contribui para o desenvolvimento emocional dos alunos, o que é fundamental para seu aprendizado

e sucesso. O acolhimento e a valorização da família são essenciais para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mais saudável e eficaz.

Tema: Intervenção Pedagógica

Orientação Metodológica:
1- Acompanhamento das rotinas
2- Recuperação Paralela
3- Padronização das atividades
4- Correção de atividades
5- Dificuldades de aprendizagem
6- Registro de situações atípicas
7- Exposição de materiais nas salas de aula
8- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização
9 - Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos
10- Conhecimento da BNCC
11- Comprometimento com a formação continuada
12- Gestão da hierarquia e normas escolares
13 - Organização do ambiente escolar

Ação Pedagógica:

1- Acompanhamento das rotinas:
Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas, entre outros.
2- Recuperação Paralela:
O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja esse acompanhamento, intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e, se necessário, alerte a família.
3- Padronização das atividades:
Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores forem caprichosos, ensinarem os alunos, eles também o serão.
4- **Correção de atividades:**
Os professores devem fazer a correção dos cadernos "do cabeçalho ao final da atividade", mesmo que a correção seja feita no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil, a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno, como momento de construção de aprendizagem.
5- Dificuldades de aprendizagem:
As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma, sob orientação do coordenador pedagógico, utilizando diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno.
6- Registro de situações atípicas:
Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar.
7- Exposição de materiais nas salas de aula:
O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura.
8- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização:

Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência, evitar o excesso de atividades xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

9- Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos:

Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

10- Conhecimento da BNCC:

O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil, além das Competências Específicas no Ensino Fundamental.

11- Comprometimento com a formação continuada:

O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.

12-Gestão da hierarquia e normas escolares:

A instituição escolar tem uma hierarquia, normas a serem seguidas, bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza, observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência e do respeito. O registro cientificado e testemunhado é um documento.

13-Organização do ambiente escolar:

Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.

10 Iniciativas Educacionais

10.1 Projetos municipalizados e institucionais

APRENDER VALOR	
Proponente:	Iniciativa Municipal e Parcerias
Justificativa:	Levar educação financeira aos estudantes de escolas, proporcionando o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos fundamentais para o manejo consciente das finanças pessoais e coletivas.
Objetivo Geral:	Proporcionar aos estudantes a compreensão e aplicação de conceitos de educação financeira para o desenvolvimento de habilidades que promovam um comportamento financeiro responsável.
Metodologia:	❖ **Estratégias de Ensino:** Aulas expositivas e interativas sobre conceitos básicos de educação financeira; Atividades práticas, como simulações de orçamento e compras; Projetos interdisciplinares envolvendo matemática, história e cidadania; Aplicativos e plataformas digitais com atividades gamificadas.
Público-alvo:	O programa é destinado a todas as etapas do ensino fundamental, do 1º ao 9º ano.
Resultados esperados:	Os estudantes adquirirão conhecimentos e habilidades em educação financeira, capacitando-os a tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis.

PROJETO COMBATE AO BULLYING	
Proponente:	Escolas **Cumprir Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.**
Justificativa:	O bullying e o ciberbullying têm um impacto negativo no ambiente escolar e no bem-estar dos alunos. Este projeto visa promover a conscientização sobre o tema, criando um ambiente mais seguro e acolhedor, com foco na prevenção e combate dessas práticas, além de incentivar o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.
Objetivo Geral:	Promover a conscientização e prevenção ao bullying e ao ciberbullying no ambiente escolar, criando espaços de diálogo, mobilizando alunos, pais e professores, e incentivando a construção de uma cultura de paz, respeito às diferenças e empatia entre todos os membros da comunidade escolar.
Metodologia:	* **Espaços de escuta**: Rondas de conversa com alunos, professores e funcionários para discutir o bullying e ciberbullying. * **Atividades pedagógicas**: Oficinas e concursos sobre bullying, utilizando artes e literatura. * **Formação**: Palestras e workshops para professores e pais sobre prevenção e identificação de bullying. * **Campanhas de conscientização**: Divulgação de materiais informativos sobre o tema. * **Apoio psicológico**: Atendimento individualizado para alunos que necessitem de apoio.
Público-alvo:	Alunos da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	* **Aumento da conscientização** sobre bullying e ciberbullying. * **Redução dos casos de bullying** na escola. * **Ambiente escolar mais seguro e acolhedor**. * **Promoção de uma cultura de paz** e respeito. ***Maior engajamento de pais e professores** no combate ao bullying.
	Visite o perfil de instagram: https://www.instagram.com/mineducacao/ *Post: Escola que protege*

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA	
Proponente:	SME e escolas
Justificativa:	Promover o civismo e a valorização da história e da cultura nacional.
Objetivo Geral:	Reforçar a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil, declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Metodologia:	Atividades e eventos comemorativos, palestras, desfiles e apresentações.
Público-alvo:	Alunos do 1º ao 9º e comunidade.
Resultados esperados:	Valorização da história e cultura nacional, fortalecimento do civismo nas escolas e comunidade.

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Proponente:	Instituto Pedro II Ministério da Educação (MEC) Fundação Santillana
Justificativa:	Estimular a escrita criativa e reflexiva entre os estudantes, promovendo o desenvolvimento das habilidades de produção textual e reflexão crítica.
Objetivo Geral:	Desenvolver habilidades linguísticas dos estudantes, incentivando a reflexão sobre temas sociais e culturais.
Metodologia:	Realização de competições de produção textual nas modalidades: Artigo de Opinião, Crônica, Memórias Literárias e Poema.
Público-alvo:	Estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	Desenvolvimento da escrita criativa e crítica, aumento da percepção sobre temas sociais e culturais.

-SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- -DIA INTERNACIONAL DA MULHER- -03 a 09 de março-	
Proponente:	Governo Federal, Movimentos Sociais, ONGs e Organizações de Direitos Humanos e escolas
Justificativa:	Sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência contra a mulher e promover o respeito e a igualdade de gênero.
Objetivo Geral:	Combater a violência de gênero e promover a igualdade e o respeito mútuo.
Metodologia:	Palestras , campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	conscientização sobre violência contra a mulher, promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA -21 a 28 de agosto-	
Proponente:	Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Organizações da Sociedade Civil
Justificativa:	Sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo sua inclusão e cidadania.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social, a acessibilidade e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
Metodologia:	Realização de eventos educativos, palestras, rodas de conversa, campanhas de conscientização, exposições e ações inclusivas.
Público-alvo:	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, suas famílias, educadores e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Maior inclusão social, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção da igualdade.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA -20 de novembro-	
Proponente:	Movimentos Sociais, Entidades Negras, Governo Federal
Justificativa:	Refletir sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira e destacar a luta contra o racismo e discriminação. Homenagear Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, e ressaltar a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social, especialmente no Dia da Consciência Negra e no mês de novembro. Além disso, celebrar a cultura afro-brasileira e os avanços na luta do povo negro.
Objetivo Geral:	Promover reflexões sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, destacando a luta contra o racismo e a discriminação, e celebrando a cultura afro-brasileira.
Metodologia:	* Desenvolver **projetos antirracistas** dentro da escola, promovendo ações de conscientização com a comunidade escolar e além dos muros da instituição. * Incentivar a disseminação de mensagens antirracistas, ampliando o alcance da reflexão para fora da escola. *Trabalhar com os estudantes para que reconheçam a existência do racismo e compreendam a necessidade urgente de combatê-lo, dando visibilidade à temática em diferentes contextos.
Público-alvo:	Estudantes, educadores, comunidades escolares e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Valorizar a cultura afro-brasileira, aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a igualdade de direitos.

COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO RACIAL	
Proponente:	Governo Federal - **Lei nº 10.639/03**
Justificativa:	A lei surge como resposta à luta histórica do movimento negro no Brasil, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito racial. Busca promover a valorização da história e cultura afro-brasileira, reconhecendo sua importância na construção da sociedade brasileira e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.
Objetivo Geral:	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, visando promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira e no combate ao racismo, preconceito étnico-racial e discriminação social.
Metodologia:	A implementação deve ser feita através da integração do conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira aos currículos escolares, com ênfase nas disciplinas de literatura, história e educação artística. A utilização de personagens e narrativas afro-brasileiras e afrodiaspóricas contribui para o afroletramento, tornando o ensino mais dinâmico, representativo e conectando os estudantes com a realidade histórica e cultural negra.
Público-alvo:	Estudantes do Ensino Fundamental
Resultados esperados:	• Maior conscientização e valorização da história e cultura afro-brasileira entre os estudantes. • Contribuição para a formação de uma sociedade mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao combate ao racismo. • Desenvolvimento de uma educação mais crítica e reflexiva, com a construção de um currículo que reflita a pluralidade e as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes.

	• Criação de um ambiente educacional que favoreça a igualdade racial e a inclusão social, preparando os jovens para um futuro mais justo e igualitário.

Diversidade étnico-racial e inclusão	
Proponente:	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Educação, em parceria com escolas e organizações de promoção da igualdade racial.
Justificativa:	A desigualdade racial no Brasil, e em particular em Goiás, tem raízes históricas profundas, que se refletem na discriminação, falta de acesso e na marginalização de grupos étnicos e raciais, como a população negra e indígena. No ambiente escolar, essa desigualdade se traduz em evasão escolar, baixa performance educacional e barreiras no acesso a oportunidades iguais. O combate ao racismo e à exclusão racial nas escolas é, portanto, uma necessidade urgente para garantir um ensino de qualidade e equitativo, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. A implementação de um programa que promova a **diversidade étnico-racial e a inclusão** visa reduzir esses índices de desigualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a um ambiente educacional justo, respeitoso e igualitário. Além disso, ao abordar o tema da diversidade racial de forma proativa, cria-se um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor para todos.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas públicas estaduais de Goiás, criando um ambiente educacional mais igualitário, respeitoso e livre de discriminação racial. O objetivo é garantir que todos os alunos, especialmente os negros, indígenas e outras minorias étnicas, tenham igualdade de oportunidades e sintam-se representados e acolhidos no espaço escolar.
Metodologia:	*** Capacitação de Educadores:** Realização de oficinas e treinamentos para professores, gestores e funcionários da escola sobre a importância da inclusão racial, combate ao racismo e promoção de uma cultura de respeito e equidade. *** Adaptação Curricular:** Desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais, integrando o tema da diversidade de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares. *** Campanhas de Conscientização:** Organização de atividades culturais, como exposições, palestras, e eventos que promovam a reflexão sobre as questões raciais, estimulando o respeito pela diversidade entre os estudantes. *** Ações Afirmativas:** Implementação de programas de apoio para estudantes negros, indígenas e outras minorias, com o intuito de garantir a sua permanência e sucesso na educação, como mentorias, bolsas de estudo, e espaços para discussão e troca de experiências. *** Monitoramento e Avaliação:** Criação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, identificando obstáculos e ajustando as ações conforme necessário.
Público-alvo:	Estudantes de todas as séries e comunidade escoar.
Resultados esperados:	*** Redução da Evasão Escolar:** A medida que os alunos se sentem mais incluídos e respeitados em um ambiente escolar livre de discriminação, espera-se que a evasão escolar, especialmente entre grupos étnicos e raciais marginalizados, diminua.

	*** Aumento na Performance Escolar:** Com a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitosas, espera-se que os alunos se sintam mais motivados e engajados, o que resultará em um aumento no desempenho acadêmico de todos os estudantes, especialmente dos grupos mais vulneráveis. *** Maior Representatividade e Apreciamento da Diversidade:** As atividades culturais e educativas vão permitir que os alunos reconheçam e apreciem as diversas culturas e histórias presentes no Brasil, criando uma sociedade mais tolerante e inclusiva. *** Fortalecimento da Identidade e Autoestima:** O programa ajudará os estudantes a fortalecerem sua identidade étnico-racial e a valorizarem suas origens, contribuindo para o aumento da autoestima e confiança no ambiente escolar. *** Redução de Atos Discriminatórios:** Com a capacitação de educadores e a implementação de políticas inclusivas, espera-se uma redução significativa de atos discriminatórios no ambiente escolar, criando um espaço mais seguro e respeitoso para todos.

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES **-18 de maio-**	
Proponente:	Governo Federal e Organizações de Defesa dos Direitos da Criança **-Lei 9.970/2000**
Justificativa:	Sensibilizar a Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e promover a proteção integral a essa população.
Objetivo Geral:	Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes e a importância de denunciar casos de abuso e exploração sexual.
Metodologia:	Campanhas de sensibilização, palestras educativas, distribuição de material informativo e ações comunitárias.
Público-alvo:	Crianças, adolescentes, educadores.
Resultados esperados:	Maior conscientização sobre o combate ao abuso e exploração sexual, aumento nas denúncias e melhor proteção de crianças e adolescentes.

DIA DO MEIO AMBIENTE **-05 de Junho-**	
Proponente:	Organização das Nações Unidas (ONU), governos, ONGs e escolas
Justificativa:	Promover a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis entre alunos e comunidade.
Objetivo Geral:	Desenvolver ações educativas de preservação ambiental.
Metodologia:	Atividades de limpeza, plantio de árvores, palestras sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Aumento da conscientização ambiental, engajamento em práticas sustentáveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Proponente:	MEC (implementação nos curículos escolares) - **Lei nº 9.795.**
Justificativa:	A educação ambiental é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável. A **Lei nº 9.795/1999** reconhece o direito à educação ambiental para todos, estabelecendo que ela deve ser incorporada em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios ambientais.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assegurando o direito de acesso à educação ambiental. O objetivo é formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação e promoção de um ambiente sustentável.
Metodologia:	• Inclusão da educação ambiental em currículos escolares e atividades pedagógicas, em todas as etapas de ensino. • Desenvolvimento de projetos e ações educativas que abordem questões ambientais locais e globais. • Capacitação de educadores para integrar o tema ambiental no processo educativo de forma interdisciplinar. • Uso de metodologias participativas e práticas que envolvam os estudantes em ações de preservação ambiental.
Público-alvo:	Atingir todos os segmentos da sociedade, com foco na **comunidade escolar** (educadores, alunos e gestores), incluindo também a sociedade em geral, garantindo o acesso ao conhecimento ambiental a todos os cidadãos.
Resultados esperados:	* Formação de cidadãos críticos e conscientes sobre questões ambientais. * Ampliação do conhecimento sobre sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. * Integração da educação ambiental no cotidiano escolar e social. * Criação de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente, conforme os princípios da **Lei nº 9.795**.
Educação ambiental e empreendedorismo	A conexão entre educação ambiental e empreendedorismo é fundamental para cultivar uma nova geração de cidadãos não apenas conscientes dos desafios ambientais, mas também capazes de agir de forma inovadora e empreendedora para resolver esses problemas. O empreendedorismo sustentável cria oportunidades para a geração de negócios que respeitam e promovem a saúde ambiental, transformando desafios em soluções criativas e economicamente viáveis. Integrar esses conceitos desde cedo no currículo escolar permite que os estudantes se tornem líderes e agentes de mudança no futuro, construindo uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

FAICRIS - FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA	
Proponente:	Parceria com a Prefeitura de Cristalina
Justificativa:	Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo e o engajamento da comunidade em atividades culturais e comerciais.
Objetivo Geral:	Estimular o empreendedorismo local e fortalecer a economia da cidade.
Metodologia:	Exposições de produtos, apresentações culturais, e mostras sobre negócios e empreendedorismo.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.

Resultados esperados:	Promoção do empreendedorismo local, valorização da cultura regional e fortalecimento da economia local.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA **Inovação Sustentável: Tecnologias, Reciclagem e Consumo Responsável no Mundo Digital**	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do Tema: Inovações Sustentáveis.
Justificativa:	A crescente necessidade de conscientização ambiental exige que crianças e jovens compreendam seu papel no cuidado com o meio ambiente. A Feira Cultural e Tecnológica busca promover essa reflexão, alinhando-se às diretrizes da BNCC para a educação infantil e os anos iniciais e finais do ensino fundamental, favorecendo a formação crítica e ética dos estudantes sobre questões ambientais.
Objetivo Geral:	Desenvolver a consciência ambiental dos alunos, estimulando práticas sustentáveis desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, em consonância com as competências da BNCC, que valorizam o respeito e cuidado com o meio ambiente.
Metodologia:	* **Educação Infantil:** Atividades lúdicas que abordem questões ambientais de forma interativa, favorecendo a compreensão das crianças sobre a natureza e a sustentabilidade. * **Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais):** Projetos interdisciplinares, exposições e oficinas sobre temas como reciclagem, consumo responsável, e preservação dos recursos naturais. * Discussões em grupo e palestras com especialistas, seguindo as competências da BNCC para a formação ética e cidadã.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	* **Educação Infantil**: Desenvolvimento de valores ambientais desde cedo, estimulando hábitos de respeito à natureza. * **Ensino Fundamental**: Conscientização crítica dos estudantes sobre questões ambientais, alinhada às competências da BNCC, como a promoção da sustentabilidade e da cidadania ambiental. * Engajamento das famílias na prática de ações sustentáveis no cotidiano escolar e doméstico.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TEA **- 01 a 07 de abril-**	
Proponente:	AEE - Lei Municipal 2.651/2023
Justificativa:	Conscientizar sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão de pessoas com autismo na sociedade.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social e educacional das pessoas com TEA.
Metodologia:	Realização de palestras, atividades culturais e workshops com especialistas

	sobre TEA.
Público-alvo:	Educadores, profissionais da saúde, pais e a comunidade em geral.
Resultados esperados:	Maior conhecimento e aceitação do TEA pela população, além da capacitação de profissionais.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS **-19 de abril-**	
Proponente:	Organizações, governos e escolas - **Lei 14.402/2022**
Justificativa:	Valorizar a cultura, história e direitos dos povos indígenas no Brasil, combatendo o preconceito e promovendo o respeito.
Objetivo Geral:	Promover o respeito e a valorização da cultura indígena nas escolas e na sociedade.
Metodologia:	Ações educativas, exposições culturais, rodas de conversa, e atividades práticas sobre povos indígenas.
Público-alvo:	Estudantes, professores, comunidade escolar e público em geral.
Resultados esperados:	Maior respeito e conhecimento sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural.

DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TDAH **-01 de agosto-**	
Proponente:	Ministério da Saúde / Educação e AEE
Justificativa:	Informar e desmistificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), promovendo a inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar e social.
Objetivo Geral:	Conscientizar sobre o TDAH, seus impactos e a importância da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.
Metodologia:	Palestras, distribuição de materiais educativos, atividades interativas, e campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos com TDAH, pais, professores e educadores.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão e apoio aos alunos com TDAH, contribuindo para a redução do estigma associado a essa condição. O objetivo é promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde esses estudantes sejam reconhecidos em suas potencialidades, e suas necessidades sejam atendidas de forma adequada, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA **-1º sábado de junho-**	
Proponente:	Banco Cooperativo Sicredi S.A.
Justificativa:	O Dia do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Objetivo Geral:	O objetivo geral do Dia do Cooperativismo em Cristalina é promover a

	conscientização e sensibilização dos estudantes da Rede Municipal de Educação sobre o cooperativismo, seus valores, princípios e a importância do movimento cooperativo para o desenvolvimento social e econômico local e global, destacando o potencial empreendedor dos jovens na construção de uma sociedade mais justa e solidária.
Metodologia:	**Palestras e Rodas de Conversa:** Especialistas e representantes de cooperativas locais serão convidados para palestras e rodas de conversa, com o intuito de apresentar o conceito de cooperativismo, os seus benefícios e a sua aplicação no dia a dia das comunidades.
Público-alvo:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão sobre o cooperativismo e desenvolvimento do espírito empreendedor.

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE	
Proponente:	Lei municipal nº 2.558 de 22 de novembro de 2021
Justificativa:	* **A crescente problemática do abandono de animais** no município, especialmente no período de dezembro, quando o abandono aumenta em cerca de 70%, é uma questão que exige ação imediata. O abandono e maus-tratos a cães e gatos em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas têm se tornado um desafio social e ambiental. * Além disso, a **falta de conscientização sobre a guarda responsável de animais** tem impacto direto no bem-estar dos animais e na saúde pública, já que esses animais abandonados podem ser portadores de doenças e causar problemas ao ecossistema local. * A **educação é a chave** para promover a mudança de comportamento e atitudes em relação ao cuidado com os animais, sendo essencial que a população, especialmente os jovens, sejam sensibilizados para a importância de proteger os animais e garantir a guarda responsável.
Objetivo Geral:	* **Conscientizar a população sobre a guarda responsável de animais** e os impactos do **abandono e maus-tratos de cães e gatos**, com ênfase em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas, que são locais comuns para esse tipo de abandono. * **Alertar sobre o aumento significativo (cerca de 70%) do abandono de animais durante o mês de dezembro**, período em que o problema se agrava, e promover a ação social e educacional para combater esse comportamento.
Metodologia:	*** Inserção da temática nos planos de aulas**, relacionados aos **direitos dos animais** e à **importância da guarda responsável**. Essas atividades podem ser realizadas por meio de matérias que abordem o respeito aos seres vivos e o dever de cuidar dos animais como parte da cidadania. *** Realização de palestras educativas** com profissionais da área veterinária, ONGs, ou especialistas em bem-estar animal, com o objetivo de sensibilizar e informar os estudantes sobre como cuidar adequadamente dos animais e como agir em situações de abandono. *** Atividades práticas e interativas**, como oficinas de conscientização, visitação a abrigos de animais ou participação em campanhas de adoção responsável. Essas atividades podem envolver os alunos na promoção da mudança de comportamento, oferecendo exemplos concretos de boas práticas.

	*** Ações comunitárias**, como a realização de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para abrigos de animais, além de ações de orientação à população sobre o que fazer em caso de avistamento de animais abandonados.
Público-alvo:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Resultados esperados:	*** Aumento da conscientização da comunidade escolar sobre a guarda responsável de animais** e o combate ao abandono e maus-tratos. Espera-se que a mudança de comportamento comece a ser refletida dentro da escola e, progressivamente, nas famílias e na comunidade. *** Diminuição do número de casos de abandono de animais**, especialmente durante o mês de dezembro, com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos dos animais. *** Capacitação dos alunos para se tornarem multiplicadores de informação** e ajudarem a conscientizar outros membros da sociedade sobre a responsabilidade de cuidar dos animais. *** Fortalecimento das redes de apoio a animais abandonados**, como ONGs, abrigos e grupos voluntários, por meio das ações educativas e sociais realizadas nas escolas. *** Melhora no bem-estar dos animais** que são alvo de abandono, com um aumento nas adoções responsáveis, cuidados adequados e redução dos maus tratos.

Programa Saúde na Escola - PSE	
Proponente:	PSEs
Justificativa:	O PSE (Programa Saúde na Escola) visa contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Objetivo Geral:	Contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que afetam seu desenvolvimento.
Metodologia:	O planejamento do PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. O programa é constituído por cinco componentes: 1- Avaliação das condições de saúde das crianças e jovens. 2- Promoção da saúde e prevenção de doenças. 3- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação, saúde e jovens. 4- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes. 5- Monitoramento e avaliação do programa.
Público-alvo:	Comunidade escolar.
Resultados esperados:	*Reduzir a mortalidade e os riscos associados ao consumo de substâncias nocivas. *Promover práticas de saúde física e mental, como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças e promoção da saúde sexual e reprodutiva.

10.2 Projetos da Instituição

Projeto: PARTIU IF (Em andamento)	
Proponente:	Instituto Federal Goiano
Justificativa:	A educação é um direito fundamental e essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos. Diante desse contexto, este projeto tem como propósito proporcionar aos estudantes um reforço pedagógico adequado, a fim de prepará-los para ingressar e permanecer nos cursos ofertados pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Além de trabalhar o aprendizado acadêmico, a proposta busca atuar também no desenvolvimento socioemocional e na orientação profissional, garantindo uma formação mais completa e equitativa.
Objetivo Geral:	Proporcionar a estudantes em situação de vulnerabilidade social a oportunidade de reforçar as aprendizagens essenciais para o ingresso e a permanência nos cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano).
Metodologia:	Aulas presenciais voltadas para reforço escolar nas disciplinas fundamentais (Matemática, Português, Ciências, etc.); Oficinas práticas e interdisciplinares para estimular o raciocínio lógico e a criatividade; Realização de atividades interdisciplinares que promovam o pensamento crítico, a resolução de problemas e a autonomia do estudante;
Público-alvo:	Ter cursado integralmente o Ensino Fundamental em escola pública e estar regularmente matriculado no 9º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	Com a implementação deste projeto, espera-se uma melhoria significativa no desempenho acadêmico dos participantes, proporcionando maior preparo para os processos seletivos e os desafios acadêmicos do ensino técnico.

Projeto: VERBO	
Proponente:	Toda escola.
Justificativa:	A proposta deste trabalho foi estabelecida em razão das demandas decorrentes da abrangência e importância do tema. Tendo como objetivo criar condições para que o aluno desenvolva sua competência comunicativa, discursiva, sua capacidade de utilizar a língua de modo variado e adequado ao contexto, ás diferentes situações e práticas sociais, ampliar seus recursos nas modalidades oral e escrita. O presente tem como alvo os alunos na disciplina de Língua Portuguesa,7º, 8º e 9º Anos dos anos finais da Escola Municipal José Miguel Cury.
Objetivo Geral:	Demonstrar interesse pela leitura e familiarizar-se com diferentes gêneros de textos e os verbos e seus modos gramaticais. Identificar a expressão a expressão de presente, passado e futuro em tempos verbais do modo indicativo.

	Perceber a função do verbo e do substantivo exercitando o uso. Compreender a relação de concordância que existe entre o substantivo e o verbo. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humano, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades sem preconceito e qualquer natureza.
Metodologia:	Exibição de textos e tabelas com verbos. Diálogo, como o verbo aparece em todos os momentos em nossas vidas. Aula expositiva. (Sala de Aula). Visita a sites, mural de indicações, uso do livro didático e dicionários, material impresso, literatura, regras gramaticais e papéis diversos.
Público-alvo:	Alunos na disciplina de Língua Portuguesa, 6º, 7º, 8º e 9º Anos dos anos finais da Escola Municipal José Miguel Cury.
Resultados esperados:	Com a implementação deste projeto, espera-se que os estudantes desenvolvam maior interesse pela leitura, ampliando sua familiaridade com diferentes gêneros textuais. Além disso, pretende-se que adquiram maior domínio sobre os verbos e seus modos gramaticais, compreendendo a expressão de presente, passado e futuro nos tempos verbais do modo indicativo.

Projeto: Interclasse	
Proponente:	Toda escola.
Justificativa:	As aulas de educação física são de extrema importância na formação e no desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras dos alunos. Vale lembrar que o estímulo e o incentivo devem partir do professor onde o mesmo deve mediar e orientar tal formação. Dessa forma é importante que se coloque em prática o seu aprendizado. Com esse pensamento estamos propondo a realização dos Jogos Intercalasse, com o intuito de promover a interação social entre os alunos e para que os alunos possam colocar em prática os seus conhecimentos sobre as modalidades desportivas desenvolvidas nos jogos.
Objetivo Geral:	A realização desses jogos tem o objetivo geral de avaliar o grau de conhecimento dos alunos com relação às modalidades desportivas desenvolvidas bem como a promoção da interação social entre os alunos da escola.
Metodologia:	Acontecerão duas modalidades esportivas futsal e queimada, como competições independentes, lembrando que as competições atenderão os dois gêneros (masculino e feminino).
Público-alvo:	Todos os alunos da Escola Municipal José Miguel Cury
Resultados esperados:	Com a realização desses jogos, espera-se avaliar o nível de conhecimento dos alunos sobre as modalidades esportivas trabalhadas, permitindo uma compreensão mais ampla das regras, estratégias e habilidades envolvidas em cada prática esportiva. Além disso, o evento deve contribuir para a ampliação do interesse e engajamento dos estudantes nas atividades físicas, incentivando um estilo de vida mais ativo e saudável.

Projeto: Festa Junina	
Proponente:	Toda escola.
Justificativa:	O presente projeto visa integrar a comemoração da festa junina desenvolvendo o resgate social pela valorização de aspectos históricos e socioculturais de um festejo tão popular e associadas a um propósito pedagógico articulado com diversas áreas de conhecimento. É uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento de competências imprescindíveis aos estudantes, como a cooperação, o pensamento crítico, o repertório sociocultural e a autonomia.
Objetivo Geral:	Incentivar o trabalho cooperativo, proporcionando a participação dos alunos em diversas brincadeiras levando-os a conhecer os costumes e tradições dessa festa tão popular no Brasil.
Metodologia:	Socialização do tema e do conhecimento que cada aluno possui. Exposição e degustação de pratos típicos. Apresentação das danças. Confecção de decoração para a festa.
Público-alvo:	Comunidade Escolar.
Resultados esperados:	A participação ativa nas brincadeiras proporcionará momentos de integração e socialização, fortalecendo os laços entre os estudantes e promovendo um ambiente escolar mais harmonioso. Além disso, a vivência das tradições e costumes dessa festa popular contribuirá para o resgate e valorização da cultura brasileira,

Projeto: Halloween	
Proponente:	Toda escola.
Justificativa:	O Projeto Halloween é um tema muito interessante para trabalharmos com os alunos de nossa faixa etária, pois nos permite trabalhar conceitos como espiritualidade, respeito as religiões e culturas diferentes, multiculturalismo É uma data simbólica que oferece um universo rico de lendas e mitos que captam o interesse e curiosidade dos alunos.
Objetivo Geral:	Trazer novas formas de saberes e informação e promover a integração entre culturas, fazendo uso da multidisciplinaridade.
Metodologia:	Pesquisa sobre o Halloween. Apresentação das pesquisas na forma de cartazes, sobre o universo do Halloween: as principais personagens (as bruxas, o Jack-o'-Lantern ou "Pumpkin Jack", o lobisomem, o vampiro, o fantasma). Confeccionar uma lanterna de abóbora) e o simbolismo (homenagem aos finados); Desfile de fantasias.
Público-alvo:	Todos os alunos.
Resultados esperados:	A iniciativa contribuirá para a valorização da diversidade cultural, promovendo a integração entre diferentes culturas e perspectivas.

Projeto: Mercado Digital e Comunicação	
Proponente:	Toda escola.

Justificativa:	Considerando a realidade das escolas de tempo integral, esta disciplina eletiva tem como objetivo principal, desenvolver com os estudantes do Ensino Fundamental, um trabalho que envolva seu contexto social e cultural por meio da produção de um site. Esta pesquisa é importante porque permite que seja analisada uma proposta de ensino de linguagens e suas tecnologias, considerando discussões didáticas, linguísticas e práticas pedagógicas contemporâneas no âmbito do Mercado Digital e Comunicação, ou seja, extrapolando áreas de conhecimento em busca de propostas eficientes para o ensino.
Objetivo Geral:	Explorar e criar produções audiovisuais e de animação, utilizando técnicas analógicas e digitais, para comunicar de forma interativa e refletir criticamente sobre a cultura audiovisual. A proposta de envolve os conhecimentos teóricos e o desenvolvimento prático, se mostrou muito significativo na formação dos estudantes, permitindo a eles unirem o referencial teórico a prática, colaborando para o protagonismo e a autoria da vida social e profissional o aluno.
Metodologia:	- Abordagem por meio de diálogo dinâmico a história e conceitos pertinentes a publicidade; - Apresentação com o auxílio da tecnologia os conceitos da temática de cada aula; -Exercícios básicos e práticos sobre cada temática sugerida; - Aulas dos conceitos que podem ser mobilizados em Arte, Ciências e Geografia ao abordarmos o trabalho publicitário; - Palestra sobre a Consciência Ambiental e Intervenção socioambiental; - Desenvolver entrevistas e podcasts; - Produzir um site, observando aspectos sociais e do ambiente que rodeia a nossa região.
Público-alvo:	Todos os alunos.
Resultados esperados:	Com essa abordagem multidisciplinar e prática, espera-se que os alunos ampliem sua visão sobre as linguagens e tecnologias da comunicação, adquirindo habilidades relevantes para sua formação acadêmica e profissional.

Projeto: GEOMETRIA NA PRÁTICA – CONSTRUINDO POLIEDROS	
Proponente:	Toda escola.
Justificativa:	Para tornar esse aprendizado mais dinâmico e concreto, este projeto propõe a construção de poliedros e sólidos geométricos utilizando materiais acessíveis, como massinhas de modelar, balas de goma e palitos de churrasco. Essa abordagem prática permitirá que os alunos visualizem e manipulem os sólidos, compreendendo suas características de maneira interativa e significativa.
Objetivo Geral:	Proporcionar aos alunos do 6º ao 9º ano um aprendizado concreto sobre sólidos geométricos e poliedros, utilizando materiais manipuláveis para construir e explorar suas propriedades de forma interativa e lúdica.
Metodologia:	**Introdução Teórica:** Explicação sobre os sólidos geométricos e poliedros, destacando suas características principais (vértices, arestas e faces); Apresentação de exemplos do cotidiano onde essas formas aparecem. **Construção dos Modelos**:

	Divisão dos alunos em pequenos grupos para construção das figuras; Uso de massinhas de modelar ou balas de goma para representar os vértices; Utilização de palitos de churrasco para formar as arestas; Montagem de diferentes sólidos geométricos, como cubos, prismas, pirâmides e outros poliedros. Utilização de papel cartão para a construção de poliedros, permitindo que os alunos explorem suas formas planificadas e tridimensionais.
Público-alvo:	Estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II da Escola Miguel Cury.
Resultados esperados:	❖ Melhoria na compreensão dos conceitos geométricos, tornando a aprendizagem mais visual e interativa; ❖ Desenvolvimento do pensamento lógico e espacial dos alunos; ❖ Estímulo à criatividade e ao trabalho em equipe; ❖ Aumento do interesse dos estudantes pela Matemática; ❖ Facilidade na aplicação dos conhecimentos geométricos em situações do dia a dia; ❖ Aprimoramento das habilidades motoras e cognitivas por meio da manipulação dos materiais.

10.3 Temas Transversais

Os **temas transversais** correspondem a questões urgentes e presentes no cotidiano, abordando valores de cidadania, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Eles devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para proporcionar aos alunos uma visão crítica e integrada do mundo.

A **BNCC** propõe a **transversalidade** para temas como **computação**, que deve ser integrada aos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais em áreas como Matemática, Ciências e Língua Portuguesa, conforme estabelecido pela **BNCC da Computação**.

O **Meio Ambiente**, enquanto tema transversal, vai além do ambiente físico e biológico, abrangendo também as relações sociais, econômicas e culturais. A **educação ambiental** deve ser trabalhada de forma integrada com diversas áreas do conhecimento, como **Ciências**, **Geografia** e até **Matemática**, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a importância da preservação do meio ambiente. Reflexões sobre o impacto das atividades humanas no planeta, como o **desmatamento**, a **poluição** e a **sustentabilidade**, devem ser constantemente abordadas, promovendo o compromisso com a qualidade de vida e o **equilíbrio ambiental**.

A **ética** deve ser trabalhada a partir de temas da atualidade, como respeito, justiça e solidariedade, estimulando a autonomia dos educandos e sua compreensão das interações sociais dentro da escola e da comunidade.

Antirracismo e **inclusão étnico-racial** são abordagens essenciais, garantidas por leis como a **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11.645/2008**, e devem ser integradas a todas as disciplinas para promover a igualdade racial e combater o racismo em suas diversas formas.

O tema da **Orientação Sexual** deve ser abordado com respeito e foco em questões como métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e a descoberta do corpo e da sexualidade, considerando sempre a maturidade e os contextos dos alunos.

Pluralidade Cultural se refere ao respeito e à convivência com os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, estimulando a valorização da diversidade étnica e cultural como um fator de enriquecimento.

O tema **Trabalho e Consumo** prepara os jovens para sua inclusão no mundo do trabalho, discutindo questões como consumo, direitos e desemprego, fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A abordagem da **Saúde** visa ensinar aos alunos as noções básicas de higiene e saúde, além de temas como prevenção de doenças, uso de drogas e gravidez na adolescência. O **Programa Saúde na Escola**, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, busca contribuir para a formação integral dos estudantes, enfrentando vulnerabilidades que impactam seu desenvolvimento.
Esses temas, ao serem trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, permitem uma visão diferenciada de mundo, ampliando o conhecimento e a aprendizagem. A **interdisciplinaridade** e a **transversalidade** se complementam, promovendo uma abordagem ativa e transformadora do ensino, vinculada às questões sociais e à formação crítica dos alunos.

10.4 Sala Maker

A **Sala de Aula Maker** ou **Espaço Maker** é um ambiente criativo onde os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes formas de aprender, através da arte, construção e outras atividades práticas. Nesse espaço, elas podem trabalhar com materiais como papel, papelão, tintas, e outros itens recicláveis para criar objetos e expressar suas ideias de maneira única. Além disso, há atividades como marcenaria, robótica, oficinas de computação e artesanato, que ajudam no desenvolvimento de habilidades importantes, como o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a criatividade.

Em um Espaço Maker, todos os componentes curriculares podem ser enriquecidos com abordagens práticas e criativas, permitindo que os alunos apliquem o que aprendem de forma mais concreta. Embora esses laboratórios aconteçam frequentemente dentro da própria sala de aula, um espaço dedicado exclusivamente para oficinas seria o ideal, pois oferece mais liberdade para explorar e criar sem as limitações do ambiente tradicional, ele é essencial para o desenvolvimento das habilidades específicas relacionadas à **BNCC da Computação**, proporcionando aos estudantes as ferramentas necessárias para explorar esses conceitos de forma integrada e inovadora. Para viabilizar a criação de uma Sala Maker, os gestores escolares podem usar verbas escolares voltadas para inovação, planejando ações que incluam a aquisição de materiais e a implementação de projetos. Com essa estrutura, a escola se torna um lugar ainda mais dinâmico e inspirador para o aprendizado.

11 Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

As avaliações se predispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária e provas.

A Recuperação Paralela é um direito do aluno e deverá ser cumprida conforme prevê a Resolução CME nº 59 de 27/09/2016.

11.1 Critérios de Avaliação

11.1.2. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

11.1.3. Ensino Fundamental

11.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º ano

A avaliação para o 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos dar-se-á através de relatórios individuais (em anexo) conforme cumprimento das Matrizes Curriculares de habilidades, definidas, sendo vedada a retenção neste percurso. Esses relatórios são encontrados nos diários eletrônicos do sistema MegaEduca.

No 2º ano a avaliação seguirá conforme normatização para o 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

11.1.5. Ensino Fundamental (2º ao 9º ano)

As avaliações se predispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária, provas entre outros instrumentos verificadores das expectativas curriculares.

1. Cada componente curricular deve ser avaliado através de pelo menos 03 (três) instrumentos avaliativos.
2. Cada instrumento avaliativo deve ter o valor máximo de 3.0 (três pontos).
3. Caso haja avaliação de produção atitudinal (por exemplo, participação, responsabilidade de caderno) a esta deve ser atribuído no máximo 1.0 (um ponto).
4. Aos trabalhos, pesquisas, dentre outros conforme prevê o artigo 5º da Resolução CME nº 59 de 27/09/2016, serão atribuídos 3,0 (três pontos).
5. Aos conteúdos procedimentais e conceituais serão atribuídos 6,0 (seis pontos) distribuídos em avaliações previamente planejadas junto à coordenação pedagógica da unidade escolar para aferição individualizada.
6. Todos os instrumentos de avaliação devem ser aplicados para mensuração do alcance das expectativas de aprendizagem propostas na referência curricular adotada.

11.1.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.
Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensório-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado no Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC em novembro de 2024. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno.

O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais alunos, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano. Desta forma, o Relatório Descritivo de Acompanhamento Bimestral deverá ser transformado em nota, conforme preconizado na Resolução CME nº 21 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a retificação da Resolução das Diretrizes Curriculares para atendimento do estudante com deficiência. Assim, os parâmetros de conversão de relatórios em notas devem seguir a tabela a seguir:

Tabela de conversão de Relatório Descritivo em nota	
Critério Descritivo	**Nota correspondente**
Não desenvolveu as habilidades	0 – 3,0
Desenvolvimento insatisfatório	3,1 – 5,9
Desenvolvimento regular	6,0 – 6,9
Desenvolvimento bom	7,0 – 7,9
Desenvolvimento muito bom	8,0 – 8,9
Desenvolvimento excelente	9,0 – 10,0

Retirado da Resolução CME nº 21 de fevereiro de 2024.

Conforme preconizado pela Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021 e pela Resolução nº 50 de 31 de maio de 2023, compete às Instituições de Educação promover acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, em todas as etapas da escolarização, devendo realizar Plano Educacional Individualizado, atividades e avaliações adaptadas e coerentes com o ministrado com o aluno, devendo produzir relatório e converter em nota.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, elaborado pelo professor do AEE. No final do bimestre o professor deverá preencher a Ficha Avaliativa por Conceitos e descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar, devendo o relatório produzir ser assinado pelos responsáveis do aluno e pelo corpo docente da Unidade Escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

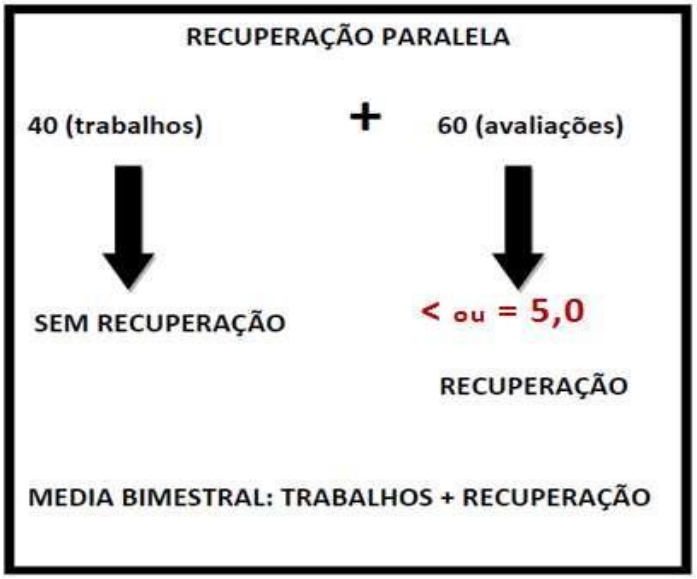
> "*A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família".*

A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração do PEI do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as especificidades reais dos alunos com deficiência. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares se fazem, ainda, necessárias.

12 Recuperação Paralela

O aluno que demonstra dificuldade de desenvolvimento, em qualquer um dos aspectos citados acima, é assegurado o direito de acompanhamento especial, individualizado, e a recuperação paralela, por equipe devidamente preparada, que seja capaz de contribuir de modo efetivo para a superação das dificuldades detectada. O processo de recuperação da aprendizagem deve ser contínuo e cumulativo. A Recuperação Paralela deve ser aplicada de acordo com o conteúdo programático bimestral, excluindo os 4,0 (quatro) pontos destinados aos outros instrumentos avaliativos como trabalhos, pesquisas, conceitos, etc., que por si só já são instrumentos de recuperação paralela. De acordo com a Resolução CME nº 110 de 26 de outubro de 2023 – Dispõe sobre a Padronização da Média Escolar nas Instituições de Ensino de Educação Básica jurisdicionadas ao Conselho Municipal de Educação de Cristalina-Goiás, a partir de 1º de janeiro de 2024, a média escolar 6,0 (seis) para aprovação.



13 Recuperação Especial

Segundo a Resolução CME Nº 59 de 29 de setembro de 2016, a Recuperação em época especial, de caráter facultativo à Unidade Escolar, após o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos, tem por objetivo oferecer ao aluno condições favoráveis para alcançar o mínimo exigido para sua promoção, em até 03(três) disciplinas.

A Unidade Escolar deverá viabilizar estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação, com acompanhamento o mais individualizado possível.

A Recuperação Especial será oferecida aos alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que apresentarem conceito inferior a 6,0 (seis) pontos na média final da disciplina.

14 Progressão Parcial

A Progressão Parcial (ou dependência) em até 02 disciplinas será realizada conforme determina o Regimento Escolar Único, onde só será permitida a partir do 6º ano em até 02(duas) disciplinas e deverá ser concluída no ano posterior. Não há Progressão Parcial no 9º ano, uma vez que o aluno será transferido para outro Sistema Educacional o qual pode não adotar o regime de dependência. O Aluno com dependência no 9º ano só poderá receber o histórico após concluída a dependência.

A progressão Parcial não se vincula aos dias letivos, à carga horária anual e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), mas, tão somente o programa de estudos, podendo ser concluído em qualquer período do ano letivo, de acordo com a avaliação do Conselho de Classe conforme Resolução do CME nº 059/2023.

15 Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MIGUEL CURY		
	O que detectamos em 2024 que precisamos melhorar ou solucionar em 2025 ?	**O que VAMOS fazer?**
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	❖ Ingresso de discentes provenientes de outras instituições com dificuldades no processo de aprendizagem; ❖ Presença de alunos com defasagem educacional significativa; ❖ Baixo nível de comprometimento por parte de alguns estudantes e responsáveis; ❖ Necessidade de estratégias mais eficazes para a recuperação da aprendizagem; ❖ Impacto de fatores externos, como contexto socioeconômico e familiar, no desempenho e na assiduidade dos estudantes.	❖ **Avaliação diagnóstica inicial:** No início do ano letivo para identificar as principais dificuldades dos alunos provenientes de outras instituições, para que intervenções possam ser feitas rapidamente. ❖ **Mentoria e acompanhamento individualizado:** Criar um sistema de mentoria onde alunos mais avançados ou professores possam ajudar os novos estudantes a se integrarem no currículo da instituição. ❖ **Programas de nivelamento e reforço escolar**: Fortalecer programas específicos de recuperação de aprendizagem para alunos com defasagem, utilizando tutorias individuais ou em pequenos grupos. ❖ **Fortalecer a comunicação com os responsáveis:** Utilizar diferentes canais de comunicação (plataformas digitais, reuniões presenciais, grupos de WhatsApp, etc.) para manter os responsáveis mais engajados no processo escolar e na aprendizagem dos alunos.

RELAÇÕES COM OS ALUNOS	❖ Bullying e seu impacto no desempenho escolar; ❖ Desmotivação devido à falta de perspectiva futura; ❖ Vulnerabilidade social; ❖ Fatores emocionais e sua relação com o comprometimento escolar; ❖ Falta de apoio psicossocial para lidar com problemas familiares.	❖ Estabelecer uma "cultura do respeito" dentro da escola, com ações educativas sobre empatia e inclusão; ❖ Reuniões de conscientização com pais e/ ou responsáveis, sobre a importância da assiduidade escolar; ❖ Buscar parceria junta a SME, para trabalhar a relação psicológica e social.
RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE	❖ Resistência à Formação Continuada.	Trabalho de conscientização da equipe.
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	❖ Aprimoramento da colaboração entre a família e a instituição escolar; ❖ Baixo engajamento nas reuniões e eventos promovidos pela escola; ❖ Delegação à escola da responsabilidade pela formação integral do aluno, incluindo questões pessoais; ❖ Pais que não acompanham o desempenho acadêmico ou o desenvolvimento emocional de seus filhos.	❖ Incentivar a participação dos pais em projetos escolares; ❖ Oferecer flexibilidade de horários para as reuniões; ❖ Colaborar na conscientização da participação da família no processo da construção dos saberes em parceria com a escola; ❖ Incluir os pais no processo de tomada de decisões, especialmente em questões relacionadas ao bem-estar e desenvolvimento do aluno.

INFRAESTRUTURA	❖ Cobertura da quadra; ❖ Construção ou adaptação sala AEE; ❖ Construção de banheiros para os funcionários.	O projeto já foi desenvolvido e atualmente está em processo de análise pelos órgãos responsáveis.
PRIORIDADES DO PDDE	1. As verbas do PDDE devem ser utilizadas para adquirir bens e melhoria da Infraestrutura física, bem como para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas das escolas. Lembrete: 80% custeio 20% capital	❖ Manutenção e conservação de equipamentos; ❖ Aquisição de equipamentos ou materiais permanentes; ❖ Investir em material de apoio pedagógico; ❖ Aquisição de material de consumo; ❖ Adquirir material esportivo.

SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO	Atualizada.	Documentação e vistorias atuzalizadas.

16 Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Alfa Mais Goiás: Fortalecimento da Educação em Goiás.* Brasília: MEC, 2023.
Este documento aborda as estratégias e objetivos do programa Alfa Mais Goiás, destacando os avanços na educação básica e a integração de metodologias inovadoras nas escolas do estado de Goiás.

SANTOS, Maria Lúcia dos. *Educação Ambiental: Práticas e Perspectivas no Contexto Escolar*. São Paulo: Editora Educação Sustentável, 2021.
A autora discute a importância da educação ambiental nas escolas, com ênfase nas práticas pedagógicas que podem ser implementadas para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais desde a educação infantil até o ensino médio.

SOUSA, João P. de. *Escola em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades para a Formação Integral do Estudante*. Campinas: Editora Acadêmica, 2020.
Este livro aborda as diferentes abordagens para a implementação de escolas em tempo integral, suas vantagens no processo de aprendizagem e a construção de um ambiente educacional mais amplo e integrado para os alunos.

MARTINS, Fernanda S. e LIMA, Marcos T. de. *A Escola das Adolescências: Inovações Pedagógicas e Formação Integral de Jovens*. Rio de Janeiro: Editora Juventude e Educação, 2022.
A obra analisa o conceito de escola para adolescentes, focando nas estratégias pedagógicas que visam promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dessa faixa etária.

GOMES, Rita S. et al. *Práticas de Educação Ambiental nas Escolas de Tempo Integral em Goiás.* Goiânia: Editora Goiás, 2021.
Este estudo investiga as práticas de educação ambiental nas escolas de tempo integral no estado de Goiás, destacando os desafios e as metodologias aplicadas para integrar questões ambientais ao currículo escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Computação e Tecnologias Digitais*. Brasília: MEC, 2020.
A BNCC aborda a inserção das competências digitais e de computação no currículo escolar, evidenciando a importância da educação tecnológica no desenvolvimento dos alunos, desde a educação infantil até o ensino fundamental.

SILVA, Claudia N. da. *Antirracismo na Educação: Práticas Pedagógicas para a Inclusão Étnico-Racial nas Escolas.* São Paulo: Editora Educativa, 2021.
Este livro oferece reflexões e práticas pedagógicas para promover o antirracismo nas escolas, com foco na inclusão étnico-racial e na valorização da cultura negra dentro do ambiente escolar.

LIMA, Marcos T. de e PEREIRA, Ana Lúcia F. *Inclusão Étnico-Racial e Educação: Desafios e Estratégias para uma Prática Pedagógica Antirracista*. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2022.
A obra discute a implementação de ações pedagógicas antirracistas e a importância de uma abordagem inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes etnias.

BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002. O autor explora a relação entre antropologia e o conceito de projeto, discutindo suas implicações no desenvolvimento de propostas educacionais e sociais.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento que apresenta diretrizes para a formação de currículos voltados para a educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral das crianças.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Para a Formação de Professores*. MEC/SEF. Brasília, 1999. Este referencial propõe orientações para a formação docente, buscando fortalecer as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional dos educadores.

BRASIL. *Lei 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas gerais para a educação brasileira, definindo direitos e responsabilidades em todos os níveis de ensino.

BRASIL. *Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, 1990. Este documento estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com foco na proteção, educação e cidadania.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. CBMM/Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/UNICEF/Oficina de Ideias. *10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira*. São Paulo, 1994.
As medidas apresentadas visam promover o desenvolvimento e a proteção integral da criança, com implicações diretas nas práticas pedagógicas e educacionais.

DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
A obra de Dewey aborda a importância do pensamento crítico e reflexivo no processo educacional, defendendo a educação como um meio para o desenvolvimento do pensamento independente e da resolução de problemas.

DOMINGUES, José Luís. *O Cotidiano da Escola de 1º Grau: O Sonho e a Realidade*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985.
A pesquisa de Domingues reflete sobre as contradições entre as expectativas e a realidade do cotidiano escolar, especialmente no ensino fundamental.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

O livro discute como organizar o currículo escolar a partir de projetos de trabalho, com uma abordagem interdisciplinar e centrada na construção do conhecimento pelo aluno.

MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização*. São Paulo: Ática, 2001.
A obra oferece uma reflexão sobre as práticas de alfabetização e a construção do conhecimento, com foco nas metodologias mais eficazes para o desenvolvimento da leitura e escrita.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, Currículo e a Construção do Conhecimento*. In: *Escola Básica*. Coletânea CBE Campinas, Papirus, 1992.
O autor reflete sobre o papel do currículo escolar na construção do conhecimento e como ele pode ser um instrumento para a promoção de um aprendizado mais significativo.

RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências.* São Paulo: Editora Ávila, 2005.
A coleção busca integrar temas de estudos sociais, saúde e ciências de forma a promover a educação para a cidadania e o bem-estar social.

SNIDER, Georges. *Alegria na Escola*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
O autor propõe uma reflexão sobre como a escola pode ser um ambiente prazeroso e estimulante para o aprendizado, enfatizando a importância da alegria e da motivação no processo educativo.

17. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Municipal José Miguel Cury
Cristalina- GO, 03 de abril de 2025.

Aos 03 dias do mês de abril do ano de 2025, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais da Escola Municipal José Miguel Cury para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2025. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá a vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2024 para que servissem de diagnosticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2025. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:	Cargo que ocupa:	Assinatura:
Isley Pereira da Silva	Diretora	
Patricia Pereira da Silva	Secretária	
Elbia Ribeiro de Carvalho	Coord. Turno	
Irleni Pereira da Silva Cruz	Coord. Pedagógica	
Carmecília Coelho Guimarães	Professora	
Gerusa Carlas Vignoto Peres	Professora	
Marileu Maggi Furlani	Professora	
Marcos Antonio Soares De Carvalho	Professor	
Nelson Rodrigues Neto	Professor	
Munique Santos Barcelos	Professora	
Kelen Cristina Pinto Palmeira	Professora	
Max Well Rodrigues Ramos	Professor	
Antônia de Maria Nascimento	Mãe de aluno	
Maissa Ribeiro Dos Santos Siscato	Mãe de aluna	
Yasmin Martins Corrêa	Assist.de Educação	
Rafael Brandão Cavalcante	Coord. da merenda	
Eleuza Da Silva Gomes	Merendeira	
Dayane Goncalves De Carvalho	Merendeira	
Alice Regina De Sousa Fornaziero	ASG	
Ani Alves Da Silva Gomes	ASG	
Patrícia dos Santos Machado	Monitora	
Jessica Andrade Alves	Dentista	
Natasha Dias Ribeiro	Aluna	
Luiz Guilhermy Souza da Silva	Aluno	
Eloá Correia dos Santos	Aluna	

18. Anexos

Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal José Miguel Cury para o ano letivo de 2025, documento essencial para nortear a organização e o funcionamento da instituição. O PPP apresenta a identidade da unidade escolar, incluindo sua história, missão e dados institucionais, além de traçar um diagnóstico detalhado da realidade educacional e estabelecer diretrizes pedagógicas e administrativas que garantam um ensino de qualidade.

O diagnóstico institucional contempla informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, fluxo escolar, distorção idade-série, IDEB e metas estabelecidas. A partir dessa análise, foram identificados pontos de atenção que orientam a formulação de estratégias pedagógicas e ações de intervenção. Destaca-se a avaliação Saego Alfa, que permite um diagnóstico detalhado do nível de alfabetização dos alunos, fornecendo subsídios para a criação de iniciativas voltadas à melhoria do processo de aprendizagem. Além disso, a Avaliação de Fluência Leitora possibilita um acompanhamento preciso da evolução dos estudantes na leitura, analisando percentuais de entrada e saída, de modo a garantir intervenções eficazes para o aprimoramento da competência leitora. Os resultados finais do ano anterior também foram examinados, fornecendo um panorama da progressão dos alunos e orientando a formulação de medidas pedagógicas para fortalecer o ensino.

A aplicação da Análise SWOT possibilitou uma visão estratégica da escola, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A partir desse levantamento, foram traçadas ações que potencializam os pontos fortes da instituição, minimizam os desafios internos, aproveitam oportunidades externas e enfrentam riscos que possam comprometer o desempenho educacional. Dessa forma, essa abordagem orienta um planejamento escolar mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

O PPP também define objetivos gerais e específicos alinhados à missão da escola e fundamentados nos princípios legais que regem a educação básica. O documento está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece os princípios e fins da educação brasileira. Além disso, atende à Lei nº 11.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, e à Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB para tornar obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade, incluindo a educação especial como modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. O documento também está respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que assegura os direitos dos estudantes no ambiente escolar.

A proposta curricular da escola está organizada de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normativas do Conselho Municipal de Educação, garantindo que as aprendizagens essenciais sejam asseguradas. O currículo contempla a Educação Infantil, voltada ao desenvolvimento integral das crianças; o Ensino Fundamental, estruturado para atender às demandas cognitivas e socioemocionais dos alunos. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado para garantir a inclusão e a equidade no ensino.

No que se refere à estrutura e funcionamento da instituição, o PPP descreve a organização administrativa e pedagógica, os espaços físicos, as instalações e os equipamentos disponíveis, a composição das turmas e a participação discente. Também apresenta as diretrizes do regimento escolar e do conselho de classe, que regulam as práticas institucionais. A equipe de recursos humanos é detalhada, destacando a atuação de gestores, docentes, auxiliares administrativos e profissionais de serviços gerais na manutenção do funcionamento da escola.

A avaliação do desempenho dos alunos segue critérios bem definidos, assegurando um

acompanhamento contínuo da aprendizagem. O PPP contempla estratégias de Recuperação Paralela, aplicada ao longo do ano letivo para reforçar conteúdos; Recuperação Especial, direcionada aos estudantes que apresentam dificuldades significativas; e Progressão Parcial, que permite ao aluno avançar para a série seguinte enquanto recebe suporte pedagógico adicional.

Por fim, o PPP apresenta o Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição, que sistematiza todas as iniciativas planejadas para o período de vigência do documento, garantindo o alinhamento das metas pedagógicas, a implementação de projetos institucionais e a efetivação de ações de intervenção educativa. Considerando a análise realizada, verifica-se que o Projeto Político Pedagógico da escola está devidamente estruturado, fundamentado nos princípios legais e pedagógicos vigentes e atende às exigências institucionais e educacionais para o ano letivo de 2025.

A aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar evidencia a construção coletiva e participativa do documento, reforçando os princípios da gestão democrática e a autonomia institucional. Após a análise documental e a verificação do cumprimento das diretrizes pedagógicas e normativas, conclui-se que o projeto está devidamente estruturado e apto para implementação, garantindo a qualidade e a efetividade das ações educacionais propostas.

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARTA RIBEIRO DA SILVA COSTA
Data: 12/05/2025 17:23:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br